

#### #GATEP: Um Ano de Existência – Que Balanço?

Quando, logo após a sua posse como vice-presidente do CSM, o juiz conselheiro Luís Azevedo Mendes lançou o desafio de criar uma estrutura no seio do GAVPM que tivesse como função centralizar a atuação do Conselho na área da tramitação eletrónica dos processos, o objetivo era criar a capacidade de pensar e atuar numa área absolutamente essencial do sistema judicial: a tramitação eletrónica dos processos e todas as matérias relacionadas.

Parecendo, à partida, limitado o propósito de tal estrutura, este ano que passou veio provar, se tal fosse necessário, que ao falarmos da tramitação eletrónica dos processos estamos a falar do cerne do sistema judicial.

Este primeiro ano de atividade do GATEP centrou-se em quatro áreas fundamentais: apoio aos tribunais na resolução dos problemas colocados pela tramitação eletrónica dos processos, formação dos juízes, desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para resolução dos problemas diários do judiciário e cooperação internacional.

No plano do apoio aos tribunais na resolução dos problemas colocados pela tramitação eletrónica dos processos, o GATEP tentou auscultar os colegas das várias instâncias, por forma a perceber quais as maiores necessidades sentidas e aquelas que mais impactavam o trabalho diário dos juízes. Pela sua relevância, destacamos as alterações no CITIUS para os tribunais superiores, promovidas pelo GATEP, junto da equipa de desenvolvimento do CITIUS.

A primeira alteração centrou-se na possibilidade do tribunal de recurso ter acesso a toda a tramitação da primeira instância, sem necessidade de pedir à mesma o seu acompanhamento. Esta alteração permitiu aos tribunais superiores não só aceder a toda a informação existente no CITIUS, como aceder rapidamente aos suportes áudio existentes, sem necessidade de solicitar suportes físicos de áudio à primeira instância.

O ganho de tempo e comodidade que esta alteração provocou foi especialmente relevante nos tribunais da relação que muitas vezes necessitam de analisar toda a produção de prova efetuada na primeira instância.

Outra alteração relevante foi a possibilidade de, nos despachos judiciais, fazer o download da versão word do mesmo. Até essa data, apenas estava disponível a versão PDF da decisão, o que implicava um trabalho posterior de conversão em documento word, com a necessária formatação do mesmo. Ora, tendo o tribunal superior acesso ao documento original que esteve na base do documento em PDF, não há necessidade de qualquer conversão resultando formatação, daqui ganhos significativos de tempo. Estas alterações, conjugadas com o alargamento do acesso wi-fi da rede do IGFEJ aos Tribunais da Relação, traduziram-se numa efetiva melhoria das condições de trabalho dos juízes dos tribunais superiores.

Nos tribunais de primeira instância, o trabalho do GATEP assumiu novos contornos com a criação da estrutura ALTEC, cujo trabalho, dada a sua dimensão, será autonomizado num outro artigo desta newsletter.

Na vertente da formação dos juízes, o GATEP centrou a sua atividade em ações de formação nos Tribunais da Relação, onde a tramitação eletrónica dos recursos exige dos juízes desembargadores especiais aptidões no uso de ferramentas tecnológicas que permitam digerir a complexidade dos mesmos. A não utilização de tais ferramentas ou o seu uso incorreto traduz-se numa sobrecarga de trabalho manual para o juiz que, manifestamente, não é, atualmente, aceitável. Por isso, as formações dadas nos Tribunais da Relação de Évora e Lisboa foram essencialmente práticas, focadas constrangimentos sentidos pelos juízes no seu trabalho diário. O feedback obtido leva-nos a acreditar que não só esta formação foi positiva, como terá de ser desenvolvida nos próximos anos.

Para além desta formação, os elementos do GATEP promoveram, a pedido dos colegas, pequenas ações de formação de gestão documental, por forma a incrementar a capacidade de manusear grandes quantidades de documentação.





No âmbito da formação de juízes, é de destacar ainda a formação em Inteligência Artificial ministrada por dois membros do GATEP, no âmbito do plano de formação do CEJ de 2023/2024. Ainda que esta tenha sido uma formação inicial, a sua importância irá acentuar-se nos próximos anos, pelo que o seu alargamento e aprofundamento nos próximos será uma das prioridades do GATEP.

Na vertente do desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para resolução dos problemas diários do judiciário, o GATEP colaborou ativamente com universidades para planear as ferramentas do futuro próximo. Este é um trabalho que não se traduz no imediato em aplicações de uso diário nos tribunais, mas que é essencial para a médio prazo termos ferramentas de elevado potencial, com recurso a automações e inteligência artificial.

Ainda assim, o GATEP conseguiu disponibilizar no IUDEX três pequenas aplicações – na secção Ferramentas – que podem ser bastantes úteis para o trabalho diário dos juízes. Desde logo, um contador de prazos e um contador de juros. Por outro, um serviço de digitalização de imagens e a sua conversão em documento editável, tornando possível para qualquer colega, situado em qualquer parte do país ter acesso ao serviço de digitalização a que de outra forma era impossível aceder.

Este é um caminho que queremos desenvolver no próximo ano, com novas ferramentas de formação online, fóruns de discussão, digitalização e conversão em documento Word dos registos criminais, criação automatizada de índices no CITIUS e/ou MAGISTRATUS, sistemas de pesquisa de toda a jurisprudência dos tribunais e dos tribunais de primeira instância.

Por fim, na área da cooperação internacional, o GATEP participou ativamente na concretização das metas aprovadas na Cimeira dos Conselhos de Magistratura dos países membros da CPLP realizada em Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Cabo Verde nos dias 20 e 21 de novembro de 2023, constantes da Carta de Cabo Verde.

Este é um trabalho absolutamente essencial para permitir o desenvolvimento da justiça digital em todos os países desta comunidade, fixando não só os conteúdos de tais metas, mas também criando um cronograma realista para a sua concretização. Os trabalhos deste grupo iniciaram-se neste ano e irão prolongar-se pelos próximos anos, sendo absolutamente essencial para a afirmação de um espaço de justiça digital em todos os países da CPLP, assumindo o CSM um papel relevante na sua concretização.



Para além desta vertente, no âmbito da CPLP, o GATEP integra vários grupos de desenvolvimento de soluções tecnológicas no âmbito da União Europeia, tendo neste ano sido relevante a sua participação nos projetos e-Codex e SimpliVi – que visam desenvolver a justiça eletrónica transnacional.

Esta cooperação a nível europeu é absolutamente vital para o desenvolvimento da nossa justiça digital, por natureza, uma justiça comunicante com todo o espaço europeu em que nos inserimos.

Em resumo, este foi um ano desafiante, mas apenas o primeiro de uma estrutura que é essencial para a criação de uma verdadeira justiça digital.

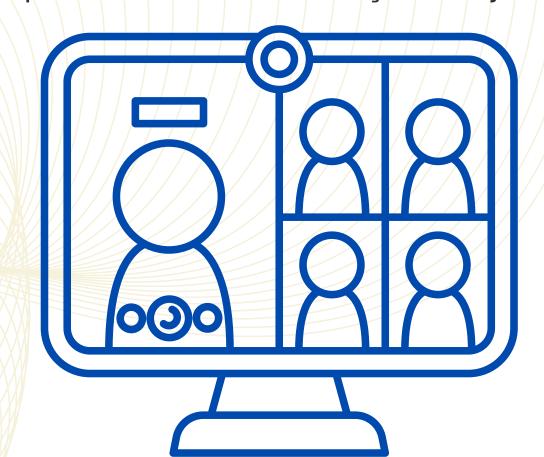
#### #O futuro GATEP: 2025 – Um ano em formação contínua

O próximo ano vai ser desafiante para o sistema judicial português. Os projetos em curso na Justiça no âmbito do PRR vão acelerar em 2025, em face das metas contratualizadas com a União Europeia de execução dos mesmos. Um dos planos mais relevantes será a formação dos juízes.

Desde logo, o MAGISTRATUS entrou numa fase de otimização de performance e consolidação de funcionalidades que, concretizando-se, irá exigir um novo plano de formação dos juízes a cargo do GATEP. Este é um grande desafio. Por um lado, a formação terá de ser abrangente dado que a primeira formação ocorreu já em 2021/2022, e os problemas existentes naquela data impossibilitaram a sua plena adoção pelos juízes. Por outro lado, a formação pressupõe um trabalho prévio de avaliação da plataforma que se vai iniciar no último trimestre deste ano e que terá de ser o mais profundo possível, para garantir que, aquando do início da formação, nenhum dos "velhos" problemas do MAGISTRATUS persistam. Por fim, esta é uma formação que irá abranger todas as instâncias, uma vez que o MAGISTRATUS apresenta potencialidades para a sua adoção para os Tribunais da Relação e para o Supremo Tribunal de Justiça.

A relevância e dimensão desta formação exige uma preparação prévia, que irá se refletir nos próprios conteúdos das próximas *newsletters*. Com efeito, iremos dedicar grande parte das mesmas a esta temática, com conteúdos sobre o MAGISTRATUS, incluindo tutoriais.

Mas em 2025 a formação dos juízes não se cingirá ao MAGISTRATUS. Inicia-se também a formação de todos os juízes, de todas as instâncias, em Cibersegurança. Esta formação, estruturada pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), será coordenada pelo GATEP, a quem cabe dar a formação aos juízes.





Será uma formação essencialmente prática, em que os conceitos serão ministrados recriando situações concretas de risco e ataques cibernéticos. Numa formação que se pretende prática e interativa, pretende-se que cada juiz, no final da mesma, tenha a capacidade de detetar, avaliar e evitar situações de risco cibernético.

Pela sua dimensão e conteúdo, esta formação será decisiva para o sucesso da transição digital da justiça portuguesa.

Ainda que esta formação só se inicie em 2025, vai prolongar-se por todo o ano. Até lá, iremos dar nota dos desenvolvimentos nas próximas newsletters.

Estes dois grandes blocos de formação não impedem que o GATEP faça pequenas ações de formação de gestão documental, do SEGIP, do CITIUS para os tribunais superiores ou de ferramentas de inteligência artificial sempre que tal se justifique e os colegas contactem o GATEP para o efeito.

## #ALTEC: um ano de apoio aos processos de elevada complexidade

A estrutura ALTEC (Apoio Logístico à Tramitação de Elevada Complexidade) é um grupo criado pelo CSM em 11.12.2023, no seio do GATEP. Tem como objetivo dar assistência aos juízes que tenham "em mãos" um processo de elevada complexidade (seja pelo número de arguidos, de testemunhas, pela complexidade das questões aliada ao volume da prova a valorar) e precisem de apoio em tudo aquilo que não comporta, em si mesmo, qualquer ato jurisdicional, mas que implica um elevado esforço físico e mental para a sua realização.

Em menos de um ano de existência, o número de processos em que houve direta intervenção do ALTEC tem vindo a crescer. Atualmente, a sua intervenção já está concluída em 19 processos e está a prestar assistência personalizada em outros sete. Está agendada a sua intervenção em mais 7 processos, que ainda se encontram na fase de trabalhos iniciais de preparação.



Se atentarmos ao facto de apenas os processos mais volumosos e complexos serem objeto de tal apoio, facilmente compreendemos que anualmente o número de processos que carecem de tal apoio personalizado é significativo. Estando ainda numa fase inicial de divulgação, a expectativa é que o número venha a crescer nos próximos meses e anos.

Mais do que os números, a capacidade de minorar o trabalho dos juízes titulares destes processos, naquelas tarefas que nada têm a ver com cerne da atividade jurisdicional, não só se irá refletir na celeridade de resolução dos processos, como, principalmente, num menor desgaste físico e psíquicos dos juízes envolvidos.

O objetivo desta estrutura é dotar os tribunais de um verdadeiro serviço de BackOffice, para que o juiz de um processo de elevada complexidade se sinta efetivamente apoiado para aquelas tarefas que, impactando no seu trabalho, nada têm a ver com a sua função – apreciar a prova e decidir.

Quem necessitar do apoio desta estrutura, seja na primeira instância, seja nos tribunais superiores, tem apenas que contactar diretamente o ALTEC.

[altec@csm.org.pt]

O apoio é absolutamente personalizado. É o juiz titular do processo que diz o que necessita e o ALTEC elaborará um plano de apoio em conformidade, prestando o apoio necessário, desde o primeiro momento do contacto até à decisão final.

Este é um serviço ao dispor dos juízes.

Para saber mais sobre o ALTEC, consulte a <u>Newsletter</u> do GATEP n.º 6.

#### **PROCESSOS ALTEC**



# #SEGIP: A construção de uma nova visão da prova em julgamento

Uma das ferramentas mais importantes utilizadas no apoio aos tribunais, no âmbito do ALTEC, é o SEGIP (outrora SIIP).

A nova denominação desta ferramenta de apresentação da prova em julgamento e ajuda à decisão não é cosmética, antes representa o início de um novo processo de desenvolvimento desta ferramenta.

Como a sigla indica (SEGIP – Sistema de Gestão de Informação Processual), a nova ferramenta será desenvolvida não só para melhorar a sua capacidade de apresentação da prova em julgamento, mas também pretende ir mais além. Pretende criar uma nova forma de gerir a informação de um processo, por forma a que, em qualquer altura, o juiz possa socorrer-se da mesma para melhor apreender as relações existentes entre os diversos documentos que constam do processo. Assim, de uma forma mais rápida e intuitiva, poderão integrar no estudo do processo ou na sua decisão a informação do processo mais relevante para o efeito.

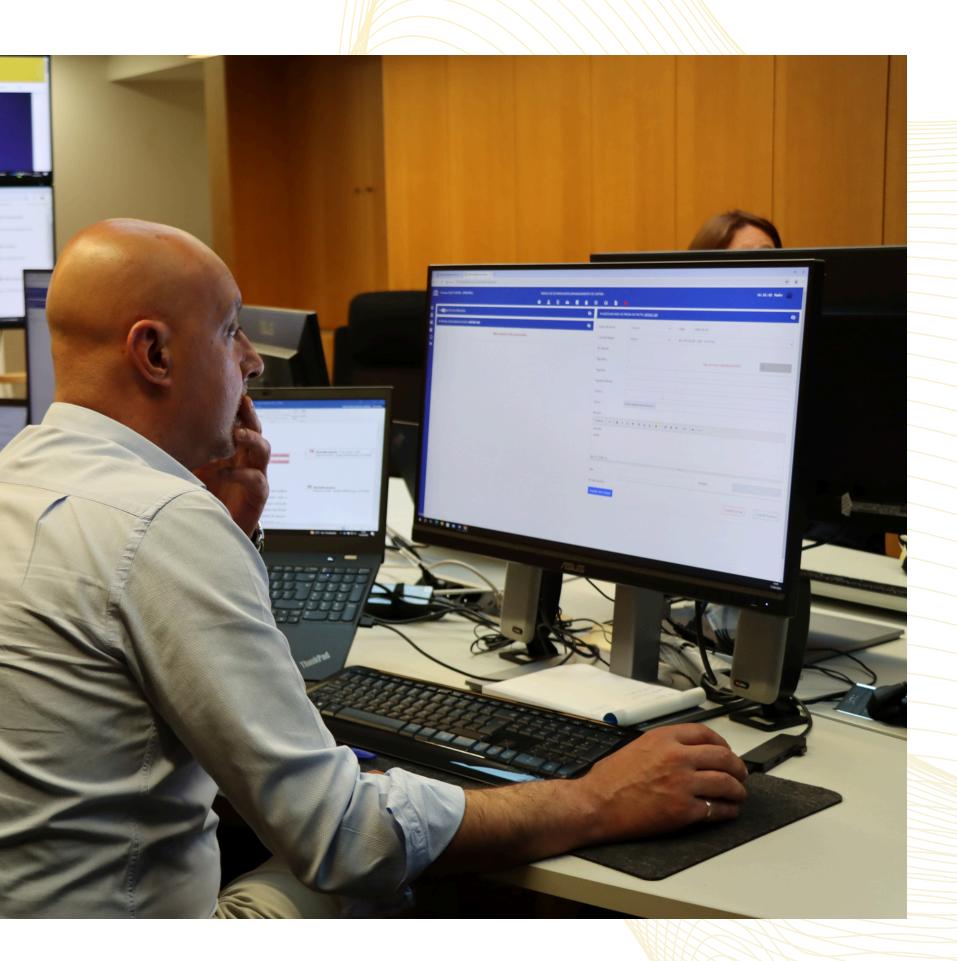
#### gatep i csm

Mais do que ver a informação agregada de uma forma sequencial e cronológica, pretende-se que, nos processos mais complexos, tal informação seja agregada de forma contextual e relacional.

Mais do que saber que a informação existe no processo, o juiz pode saber onde a mesma se encontra e como se relaciona com os demais elementos do processo.

Em suma, o objetivo é que a informação do processo possa interagir ativamente com o juiz, fornecendo-lhe relações e estruturas de análise que lhe facilitem a compreensão do processo e, em última análise, permitam decidir o litígio sem o esforço desumano que hoje se exige, nestes processos, aos juízes.





O passado recente mostra-nos que este tipo de ferramenta não só é útil, como é absolutamente necessária para permitir que a justiça portuguesa consiga responder aos novos desafios que a sociedade moderna coloca à Justiça.

Num mundo que se antevê seja povoado por sistemas de inteligência artificial cada vez mais evoluídos, o desafio de conseguir uma melhor gestão da informação processual é, em si mesmo, o desafio de uma Justiça que se pretende que seja efetivamente "digital e inteligente".

## #Nota final: a equipa GATEP tem um novo elemento

A equipa GATEP deixou de contar com a participação da juíza Célia Santos, que iniciou em setembro as funções como formadora no CEJ, na área do Direito do Trabalho. Em sua substituição, a equipa GATEP passa a contar com a juíza Filipa Redondo.



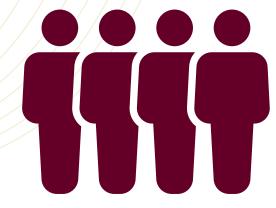
#### Nota de apresentação

Começou o seu percurso na magistratura em setembro de 2016, quando integrou o 32.º Curso de Formação do CEJ. Nestes oito anos, já passou por vários tribunais, em diferentes zonas do país, e trabalhou em diversas jurisdições. Apesar das particularidades de cada tribunal e de cada jurisdição, foi encontrando sempre os mesmos desejos: melhores condições de trabalho e mais tempo para dedicar a cada processo.

Com o volume processual (quer em número, quer em complexidade) que os juízes têm a seu cargo, considera essencial haver uma aposta séria nas novas tecnologias e na formação dos juízes para tirarem o melhor partido delas.

Acredita que as novas tecnologias poderão auxiliar os juízes no seu trabalho diário, tornando-o menos penoso e mais rápido, recuperando o tempo que necessitam para decidir melhor e, também, viver melhor.

Aceitou integrar o GATEP para poder dar o seu contributo neste caminho que têm (inevitavelmente) de percorrer e do qual os juízes não se podem alhear, estando disponível para, de uma forma próxima e "no terreno", auxiliar os colegas.

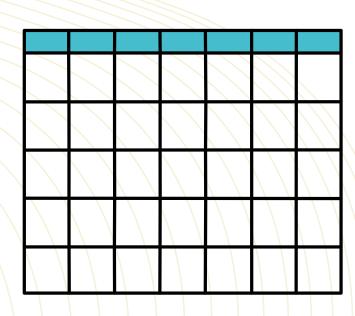


#### **#SABIA QUE...**

? ...pode importar uma imagem de uma tabela para o Word e editar a sua estrutura?

Saiba como pode fazê-lo aqui





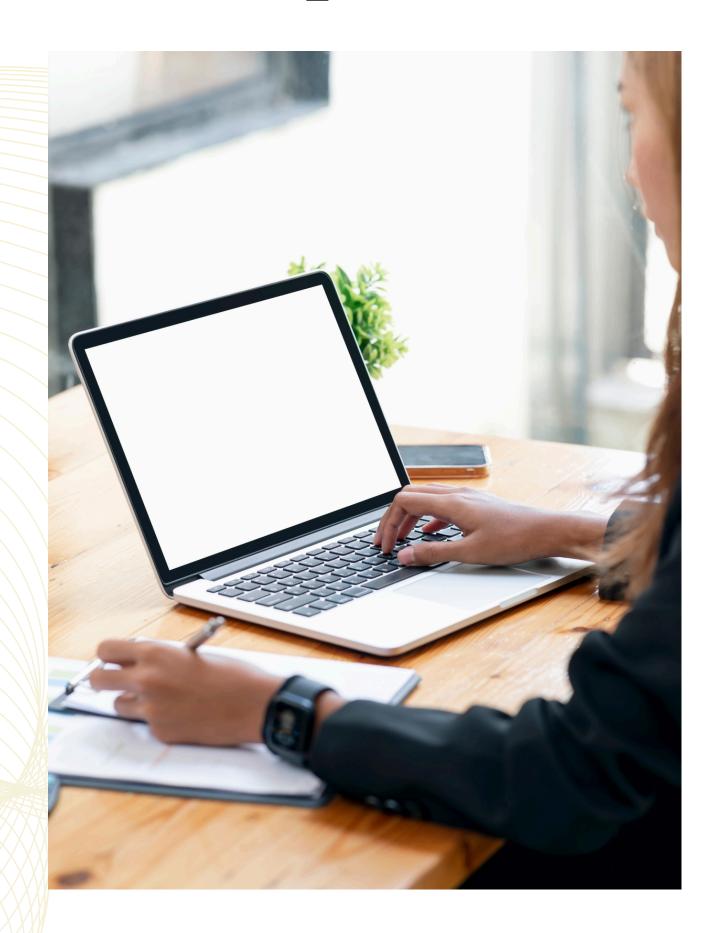
2 ...pode modificar uma tabela já existente de modo a torná-la totalmente personalizada?

Saiba como pode fazê-lo <u>aqui</u>

#### #Na próxima edição

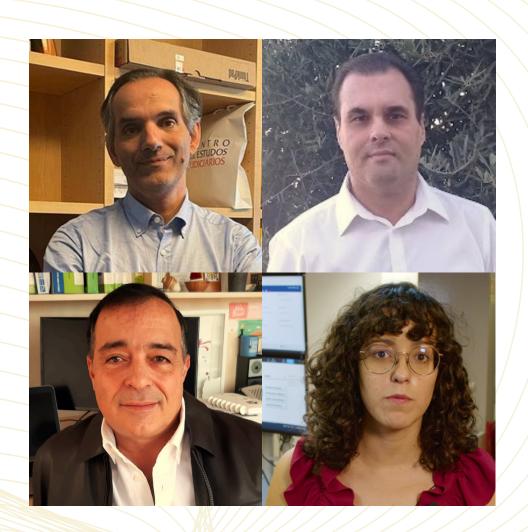
• MAGISTRATUS:

novas funcionalidades e novos desafios



#### **#MEMBROS DO GATEP**

- Juiz Desembargador João António Filipe Ferreira
- Juiz Desembargador Joel Timóteo Ramos Pereira
- Juiz Desembargador António Joaquim da Costa Gomes
- Juíza de Direito Filipa Redondo



# CONTACTOS



altec@csm.org.pt



csm.org.pt



213 220 020 | VoIP: 711674

